



MARIA CLARA BUGARIM

CTOC e CFC procuram a excelência dos serviços contabilísticos

Por Jorge Magalhães

Maria Clara Bugarim não descarta as normas internacionais de contabilidade, mas defende que «a ciência terá de ser o guarda-chuva maior», a par de uma sólida base ética. Para a presidente do Conselho Federal de Contabilidade, há muita «seriedade» no trabalho que CTOC e CFC desenvolvem nos dois lados do Atlântico.

Maria Clara Cavalcante Bugarim formou-se em Contabilidade em 1987. Em 1998 assumiu a presidência do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Alagoas. Mestre em Controladoria e Contabilidade e pós-graduada em Auditoria, é professora na Universidade de Fortaleza e tem também larga experiência profissional em diversas actividades públicas: foi auditora geral do Estado de Alagoas, directora financeira do Instituto de Previdência e funcionária do Tribunal de Contas do mesmo Estado. Desde Janeiro de 2006 é presidente do Conselho Federal de Contabilidade, cargo para o qual foi reeleita já este ano.

É a responsável máxima do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) desde Janeiro de 2006, órgão de registo e fiscalização da profissão contabilística no Brasil. Reeleita para o cargo já este ano, Maria Clara Cavalcante Bugarim é uma cara conhecida dos Técnicos Oficiais de Contas, tal a frequência com que participa em diversas acções que a CTOC tem promovido. O IX Prolatino, que decorreu em Lisboa nos passados dias 9 e 10 de Maio, não foi excepção. À margem do evento, a primeira mulher

a chegar à presidência do CFC mostrou-se «muito feliz» pelos frutos que a cooperação luso-brasileira tem dado. Apesar de defender a normalização contabilística internacional, porque «não podemos fechar as portas ao mundo», diz que jamais «abrirá mão das convicções». Independentemente disso, Maria Clara Bugarim, que se congratula com o esforço desenvolvido por portugueses e brasileiros para ajudar os restantes países de língua oficial portuguesa na transferência de conhecimentos, defende que o trabalho desenvolvido pelo CFC e CTOC

tem sido de «grande seriedade» e que o profissional bem qualificado, com uma sólida base ética, está acima de qualquer norma.

TOC – Que balanço faz do IX Prolatino, o segundo consecutivo a ser organizado pela CTOC?

Maria Clara Bugarim – Um balanço extremamente positivo. Confesso que não fiquei surpreendida com a organização e participação. Já esperávamos isto. Depois da primeira edição organizada pela CTOC, há dois anos, já estávamos à espera de um evento com esta magnitude. Quando falo em balanço positivo é porque considero que este Prolatino agregou muito valor para a profissão. Ao longo dos dois dias travámos discussões muito ricas e que culminaram com a assinatura de um grande protocolo para auxílio dos países de língua portuguesa. Estamos muito felizes porque esta aproximação entre Portugal e Brasil é cada vez mais profícua e motiva-nos para novos desafios.

TOC – Sendo este um movimento de raiz latina, e que tem sido organizado quer pelo Brasil quer por Portugal, não correrá o risco de se restringir apenas a estes dois países?

M. C. B. – Acredito muito na integração e na união. Parece-me que, neste caso, os esforços

de Brasil e Portugal são apenas o início. Acredito que, enquanto cientistas, temos que encarar sempre a Contabilidade como a linguagem universal dos negócios. Se levantamos a bandeira de universalidade, não podemos restringir-nos apenas a dois países. Toda a grande jornada começa por um primeiro passo e é assim que nós encaramos este momento.

TOC – Há disponibilidade do CFC para continuar a apostar no Prolatino?

M. C. B. – Acompanhei desde o início o sonho do professor Lopes de Sá. Acredito piamente que o sonho precede as realizações. Ele não sonhou só, soube partilhar e a realidade aí está. A partir do momento que essa realização é partilhada com outros países, não tenho dúvidas de que essa semente vai germinar e teremos o privilégio de realizar o Prolatino em outros países que não apenas em Portugal e Brasil. Nestes dois países este movimento já está consolidado. Nesta edição, tivemos oportunidade de partilhar opiniões e dúvidas com colegas italianos e espanhóis. Queremos ampliar horizontes.

NIC: agir com prudência

TOC – Uma das questões subjacente a este Prolatino foi a das normas internacionais de contabilidade. A posição crítica do professor Lopes de Sá é bem conhecida. Que comentário lhe merece toda esta polémica?

M. C. B. – Todas as vezes que falo em normas internacionais de contabilidade falo sempre com bastante prudência, porque não estou a dar apenas a opinião da contadora Maria Clara Bugarim. No Brasil, estamos a tratar a questão da convergência das normas com muito cuidado. Entendemos que, num mundo globalizado, não podemos fechar as portas ao mundo. Sem querer menosprezar, o modelo de Cuba não cabe mais na nossa realidade. O professor Lopes de Sá, enquanto grande cientista e intelectual, a exemplo de tantos outros que defendem a ciência contabilística, tem as suas razões. Entendo isso perfeitamente. Mas não podemos radicalizar. A nossa posição, no CFC, é que queremos ouvir e discutir. É por isso que fazemos parte de todas as entidades internacionais e acho que a discussão tem



«Não vamos isolar-nos do mundo, mas jamais abriremos mão das nossas convicções», assegura a presidente do CFC a propósito das NIC



Para Maria Clara Bugarim a ética é ponto essencial para ultrapassar dissabores

sido muito salutar. Não posso, simplesmente, criticar e dizer que não quero pactuar com eles. Não pode ser assim. Vou ter, brevemente, algumas reuniões internacionais onde discutiremos os rumos da convergência, de que forma é que esses países estão agindo, que atitudes estão a ser tomadas. Vou estar também em Nova Iorque, para uma reunião com os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) para discutir os processos de convergência. Estamos num momento de ouvir, de analisar, de entender quais os rumos mundiais.

E temos de fazê-lo sem paixão. Não podemos deixar o coração falar mais alto. Temos que agir com maturidade. Não vamos isolar-nos do mundo, mas jamais abriremos mão das nossas convicções. Concordo que a ciência terá de ser o guarda-chuva maior de qualquer norma, mas queremos relacionar-nos com todos.

TOC – A questão da ciência nas normas, ou da falta dela, foi trazida à colação por vários oradores. Essa falta de cientificidade não a preocupa?

M. C. B. – Preocupa. Por isso defendo que esse cenário tem que ser associado a uma acção específica. Que acção é essa? É a participação. No Brasil, temos já um representante no IFAC (*International Federation of Accountants*). Conseguimos colocar um brasileiro nesse organismo através de um profícuo trabalho político e outros colegas em grupos de estudo sobre essas normas. Só assim temos condições de influenciar e mostrar as particularidades do nosso país. É por isso que digo que a nossa participação é vital. Não posso simplesmente criticar a norma, dizer que não a adopto e isolar-me. Preciso de estar no lugar certo, na hora certa, para tentar levar uma contribuição efectiva, mostrando a realidade não só do Brasil, mas de países similares.

TOC – Tem tido bom retorno dessas posições?

M. C. B. – Os exemplos que lhe citei são o melhor espelho disso. Começamos a ser muito mais solicitados. Temos uma associação inter-americana de contabilidade que traçou um plano estratégico, escolheu três presidentes, nos quais me incluo, e todos juntos vamos pensar e colocar as nossas preocupações para que tenhamos condições de reivindicar em bloco. Uma palavra sozinha não tem tanta força. Por isso, mais uma vez, falo em união. Precisamos de colocar os nossos intelectuais sempre em contacto, para

que analisemos norma a norma e para que apresentemos críticas construtivas no local certo. Temos de apresentar sugestões e dizer as razões, de forma clara, pelas quais não concordamos.

Profissionais bem qualificados estão acima das normas

TOC – Em que ponto é que está o Brasil em termos de adoção das normas internacionais?

M. C. B. – O Brasil é um país-continente. Temos diversos reguladores o que, por si só, já é um grande problema para a vida dos profissionais, porque diversos órgãos regulam a contabilidade. Por isso, decidimos que, antes de falar em convergência externa, temos de conseguir a convergência interna. Foi nesse sentido que criamos o Comité de Pronunciamentos Contábeis, composto por cinco entidades, onde aceitamos, inclusive, os utilizadores da informação contabilística. Em que ponto é que estamos? Estamos a tentar, em conjunto, proceder à convergência das normas. Além disso, entendemos que essa acção ainda é tímida, porque tanto a Comissão de Valores Mobiliários como o Banco Central do Brasil já aprovaram regulação dizendo que a partir de 2010 todas as demonstrações contabilísticas das sociedades de capital aberto terão de estar alinhadas às normas internacionais de contabilidade. Neste ponto temos problemas maiores, porque o próprio CFC precisa de fazer um trabalho interno de revisão dessas normas. A partir do momento em que se proceda à revisão, se existirem divergências significativas, teremos de discutir e apresentar os nossos pontos de vista.

TOC – Os recentes escândalos, sobretudo nos EUA, fruto em boa parte de regras muito permissivas, poderão disseminar-se para países como Brasil e Portugal, caso essas normas venham a ser adoptadas? Há ou não o risco de se importar o que de mau existe nas normas?

M. C. B. – Em relação a essa vertente negativa, a profilaxia é a fiscalização. Hoje, tanto em Portugal como no Brasil, temos a profissão regulamentada, que é algo que não acontece, por exemplo, nos Estados Unidos. No Brasil, os profissionais precisam de estar registados no CFC, que tem todo este trabalho de fiscalização. O que subjaz a toda esta discussão é a ética no exercício profissional. É a questão da conduta ética que precisa de ser muito bem acompanhada. Se as

normas são ou não seguidas acaba por ser uma questão de segundo plano face à importância de, na base, existirem propósitos éticos muito bem consolidados. Por isso, como temos normas de conduta, como temos o código de ética da profissão, precisamos de fiscalizar e fazê-lo, sobretudo, de forma preventiva, o que já acontece. Temos programas de fiscalização, onde queremos orientar, onde não queremos punir ninguém. Mas a prevenção só é possível se o grande plano de fundo for a educação continuada. Acreditamos que o profissional bem qualificado está acima de qualquer norma. Essa convicção pessoal, a formação do carácter, a conduta ética, não sai do trilho independentemente das normas. E precisamos disso muito bem consolidado.

Protocolo de ajuda à CPLP com 200 mil euros de orçamento

TOC – Desde há dois anos a esta parte que a CTOC e o CFC têm aprofundado o relacionamento institucional. Está satisfeita com os resultados?

M. C. B. – Bastante, de tal forma que já estamos a colher frutos bem maiores do que aqueles que imaginávamos. Exemplo disso é esta parceria para a transferência de conhecimentos para os países de língua portuguesa.

TOC – Esse protocolo é o corolário destes dois anos de boas relações?

M. C. B. – Sem dúvida, é o resultado maior. Tenho a certeza que colheremos outros frutos, porque tanto o CFC como a CTOC trabalham com muita seriedade e, cada um em seu país, está a desenvolver um trabalho que busca a excelência dos serviços contabilísticos. Queremos contribuir, cada vez mais, para o progresso das nossas sociedades. Num mundo onde há tantos recursos de um lado e tantas carências do outro, temos de pensar que as nossas acções, se bem coordenadas, podem contribuir para um mundo mais igualitário e justo.

TOC – Como é que este projecto será financiado?

M. C. B. – Temos um financiamento inicial de 200 mil euros. Todo o custo será dividido fraternalmente entre as duas entidades. Mas como este projecto é mais abrangente, vamos procurar o Banco Mundial e o Banco Inter-

Americano. Vislumbrámos já uma sensibilidade muito grande para apoiar esta ideia. Afinal, não podemos continuar indiferentes a tanta carência...

TOC – Do outro lado, ou seja, nos países receptores deste apoio, que acolhimento tem suscitado esta ideia?

M. C. B. – Uma das fases deste projecto é o da prospecção. Estamos imbuídos da melhor das vontades em contribuir mas precisamos de saber quais as carências, que acções precisamos de desenvolver. Este planeamento estratégico já está previsto no projecto. Vamos procurar ajuda, inclusive governamental, para intensificar esse intercâmbio. Primeiro faremos um levantamento das contribuições que podemos dar. Depois perguntaremos a esses países que contribuições efectivamente precisam e onde é que podemos ajudar. O pensamento maior é sempre esse. O II Congresso dos TOC, realizado em 2006, já nos deu uma orientação em relação a isso. Não ima-

ginávamos a carência desses países. Podemos falar, ter uma ideia, mas presenciar os relatos dá-nos uma imagem ao vivo e a cores. E isso foi como que um despertador. Afinal, não é uma ilusão, é a realidade. Não podíamos ficar inertes.

TOC – Esta acção poderá ser o embrião de um possível eixo luso-brasileiro com algum peso na contabilidade mundial?

M. C. B. - O edifício da Contabilidade tem que ser uma obra eternamente inacabada. Temos diversas doutrinas, diversas escolas que, em dado momento, deram a sua contribuição. A história da Contabilidade não acaba. A cada dia escrevemos um novo capítulo. Quem sabe se o pensamento originário não foi esse? Quem sabe se nós não estamos tendo o privilégio de iniciar um novo capítulo da história da contabilidade através dessa acção? O nosso objetivo é contribuir. E se contribuirmos, com um pequeno passo que seja, já ficaremos muito satisfeitos.



O caminho apontado por Maria Clara Bugarim passa pela cooperação com os restantes países de língua portuguesa

TOC – Recuperando uma expressão sua, parece-lhe que a «nau contábil» está no bom caminho?

M. C. B. – Temos o privilégio de os ventos soprarem favoravelmente.

TOC – E não têm surgido Adamastores?

M. C. B. – A «nau contábil» está no bom caminho, mas hoje as mudanças no mundo são tão rápidas que temos de ter a coragem de abandonar a nau e de embarcar numa viagem virtual para poder atender às expectativas dos utilizadores da informação contabilística. Nesse mundo virtual temos de ter consciência que as nossas informações precisam de ser exactas e rigorosas, que a contabilidade existe, acima de tudo, para atender às necessidades dos utilizadores. É isso que temos que fazer, viajar de uma forma harmoniosa, independentemente do vento, mas com muita segurança.

Os médicos das empresas

TOC – Tem referido que a sociedade precisa de conhecer o verdadeiro valor dos contabilistas. A sociedade, quer portuguesa quer brasileira, ainda não atribuiu o valor devido à profissão?

M. C. B. – Infelizmente, julgo que não. Falando da realidade brasileira, e que penso que tem pontos comuns com Portugal, evoluímos muito, mas a mudança tem que se dar internamente na classe. Para que a sociedade respeite o profissional, este tem que ter consciência do seu papel e valor. Para que os outros nos respeitem, é preciso que nos façamos respeitar. Estes simpósios, conferências, encontros, servem para despertar a classe para a sua real importância. São importantes para que o profissional da contabilidade fique atento e alerta de que ele é peça vital no desenvolvimento da economia de qualquer país, apesar de ficar assustada com o facto de as nossas demonstrações, quer-me parecer, serem feitas muitas vezes para atender o fisco. Hoje, estamos na fase da contabilidade de gestão. O que é que isso significa? Significa que as informações que prestamos são relevantes e vão continuar a sê-lo para o progresso e riqueza dos nossos países. Todavia, temos de ter consciência que o registo não é o fim. O registo é um facto. Precisamos, cada vez mais, de passar informações para os gestores para que eles consigam ampliar o lucro, melhorar a saúde das empresas e que, desta forma, o profes-



«Para que os outros nos respeitem, é preciso que nos façamos respeitar», afiança a presidente do CFC

sional da contabilidade seja mais respeitado. Nós somos o médico das empresas. Temos que ter esse *status* na sociedade. Precisamos de ocupar cargos públicos, cadeiras no Parlamento, porque é aí que são tomadas as decisões. Não podemos mais continuar a ser avestruzes.

TOC – Na sua apresentação no IX Prolatino, terminou dizendo que o «futuro tem muitos nomes.» Que nome dá ao futuro?

M. C. B. – O nome do futuro é de esperança. Tem que ser um futuro positivo, no qual a sociedade entenda a real importância da nossa profissão. Esse é o nosso grande sonho, é isso que nos motiva a trabalhar diariamente. Tenho a certeza que o futuro será próspero, estamos a fazer acções muito bem planeadas que procuram, acima de tudo, o melhor para a sociedade. ■